

Campello do Amaral Mello, Cecília. **Os significados sociais e políticos do Projeto de Transposição do Rio São Francisco**. Informe final del concurso: Política y geopolítica de la ecología en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002.

Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/politica/campello.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

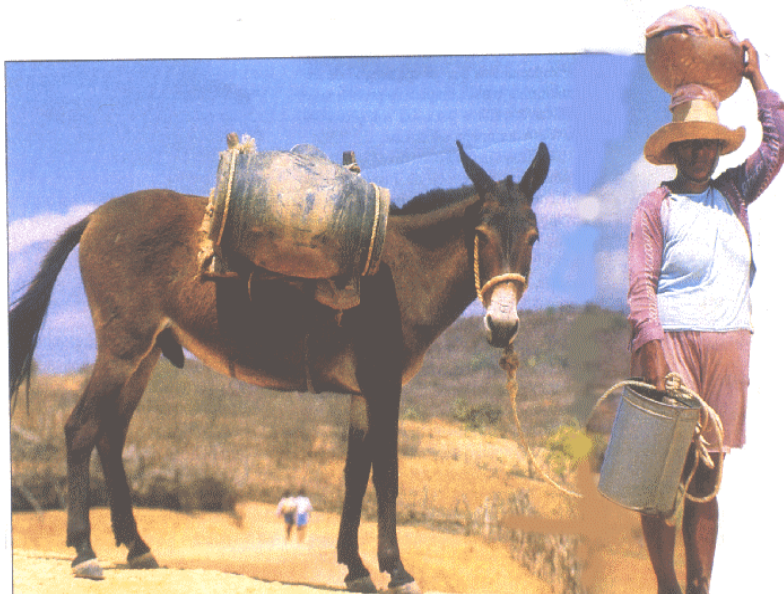
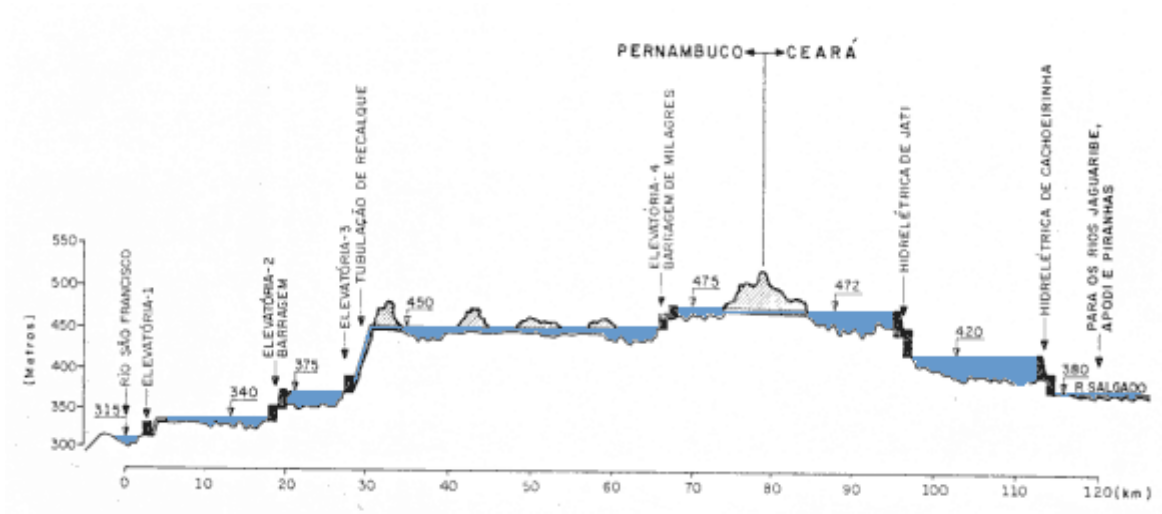
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

Concurso de proyectos para investigadores jóvenes
de América Latina y el Caribe – CLACSO/ASDI

"Política y geopolítica de la ecología en América Latina y el Caribe"

Os significados sociais e políticos do Projeto de Transposição do Rio São
Francisco. (versão preliminar)



Autora: Cecília Campello do Amaral Mello (IPPUR/UFRJ)

Orientador: Gabriel Fajn (UBA)

Apresentação

O Brasil possui a maior reserva de água doce corrente do mundo: 16% do percentual de água doce disponível em termos planetários. Porém, esta água está distribuída de maneira desigual, em função tanto das características geográficas da distribuição dos recursos hídricos, como do déficit de políticas públicas que garantam uma distribuição equânime do abastecimento de água. Em algumas regiões brasileiras, a disponibilidade hídrica é inferior a 1,7 mil m³ por habitante/ano, o que representa um estado de pré-escassez que tem motivado o alerta do governo, de produtores e de setores organizados da sociedade civil. A região Nordeste é onde se concentram os estados com menor disponibilidade hídrica, por habitante/ano

O Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, sudoeste de Minas Gerais e percorre 2.700 km em direção Norte, passando por mais quatro estados (Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas). No seu trajeto, 58% cortam o sertão nordestino, constituindo o único rio perene a atravessar a região do Semi-Árido. Sua bacia se estende por uma área de 640 mil quilômetros quadrados, onde estão 503 municípios, nos quais vivem um total de 14 milhões de pessoas.

O Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco prevê a transferência para outras bacias de cerca de 2% do volume do rio, para suprir a necessidade de água dos açudes que abastecem o semi-árido do Nordeste Setentrional. O projeto prevê um conjunto de canais, adutoras, túneis, estações de bombeamento e reservatórios feito a partir de dois grandes eixos que saem do rio, entre as barragens de Sobradinho e Itaparica. O conjunto dos dois eixos e suas ramificações, segundo o projeto, tem cerca de 700 quilômetros de extensão

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco é uma iniciativa do Governo Federal através dos seguintes órgãos: Ministério da Integração Regional; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais –

FUNCATE. Pretende abranger os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Os recursos para a transposição do Rio São Francisco somavam 2,8 bilhões de reais, segundo dados do final de 2001, alocados no Plano Plurianual de Investimentos (PPA). O projeto prevê que as tarifas cobradas pelo uso da água transposta deverá cobrir 100% dos custos de administração, operação e manutenção, além de uma parte dos custos de investimento.

Introdução

O presente trabalho visa analisar, em primeiro lugar, mapear os diferentes atores sociais envolvidos nos debates sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, dentre eles, Governo Federal, os representantes das populações ribeirinhas, os especialistas etc. A seguir, a partir da análise das audiências públicas do projeto, pretende identificar as percepções que diferentes atores políticos atribuem ao Projeto. Por fim, busca compreender os significados políticos e consequências sociais do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, com atenção especial na forma como a variável ambiental ou ecológica é representada e apropriada pelos diversos atores sociais envolvidos

Em linhas gerais, o projeto de Transposição do Rio São Francisco é uma obra de grande porte proposta pelo atual Governo brasileiro, que pretende garantir o suprimento hídrico para a região do semi-árido brasileiro, atendendo às necessidades de parte da população, historicamente sujeita às secas, assim como aos interesses dos grandes projetos de agricultura irrigada orientada para exportação.

A idéia central do Projeto de Transposição consiste na transferência, através de bombeamento, das águas do Rio São Francisco para as bacias hidrográficas dos principais e maiores rios da região setentrional do Nordeste brasileiro, abrangendo os estados de Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE). Em termos concretos, o projeto pretende abastecer 6,8 milhões de pessoas e irrigar 300 mil hectares de terra, a um custo estimado pelo Governo brasileiro de 3,3 bilhões de reais, somente em obras de engenharia, que incluem estações de bombeamento, túneis, aquedutos e reservatórios, além daqueles relativos à desapropriação das terras próximas aos canais e ao enquadramento do plano à legislação ambiental.

O Rio São Francisco é o principal rio do Nordeste brasileiro: em sua bacia vivem 14 milhões de brasileiros, em 503 municípios e 640 mil quilômetros quadrados. Do seu curso de 2.700 km, 58% atravessam o chamado Polígono das Secas, uma das regiões mais pobres do país, de onde se originaram os principais fluxos migratórios rumo ao Sudeste e outras

regiões mais “desenvolvidas” do país. A existência do rio nessas áreas de pobreza extrema é vital para a sobrevivência de milhões de pessoas e uma infinidade de animais e plantas.

Porém, nas últimas décadas, o Rio São Francisco vem sofrendo as conseqüências da implantação de um modelo de desenvolvimento social e ecologicamente insustentável: as grandes barragens alteraram os ciclos naturais de cheia e vazante do rio, dificultando a reprodução dos peixes e desestruturando as principais atividades econômicas do povo ribeirinho. O desmatamento dos cerrados e matas ciliares, para a implantação de extensas monoculturas de eucalipto e grãos, provoca a secagem de nascentes e o assoreamento do Rio. Os grandes projetos de irrigação voltados para a exportação concentram terras e águas, desestruturando a produção voltada para o mercado local e aumentando os bolsões de miséria. A isto soma-se a poluição causada pelos resíduos industriais, agrotóxicos e esgotamento sanitário, que envenena as águas e ameaça a vida humana e de espécies animais e vegetais.

Muitas vezes apresentado como a “solução” para o problema da seca no semi-árido, o Projeto de Transposição catalisa disputas políticas e econômicas em torno da definição dos critérios definidos como legítimos para a sua implantação. Em torno dos debates sobre a formulação e realização do projeto situam-se atores sociais com interesses diversos e visões de mundo distintas e muitas vezes conflitantes.

O Projeto de Transposição, portanto, se insere dentro de uma problemática mais ampla, em dois sentidos convergentes e articulados entre si. Em primeiro lugar, trata-se de uma proposta que entende os recursos hídricos como elementos geopolíticos estratégicos, a partir de uma lógica que prevê a valorização progressiva e “inescapável” dos bens naturais.

Por outro lado, ao orientar os usos das águas transpostas para fins de irrigação para a agroindústria de exportação, o Projeto de Transposição reflete a forma vulnerável de inserção geopolítica do Brasil no sistema econômico mundial, que se traduz na consecução estrita das diretrizes econômicas de agências e fundos multilaterais, a saber, o equilíbrio das contas públicas, o ajuste fiscal e a obtenção de superávits na balança comercial. O lema

lançado a pelo presidente brasileiro após a desvalorização cambial da moeda brasileira – “Exportar ou morrer”¹ – exprime de maneira clara o sentido imperativo atribuído às atividades exportadoras dentro da lógica econômica em que se inseriu o país.

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco, portanto, é um eixo a partir do qual pode-se refletir sobre os impactos e conflitos advindos da implementação de um projeto de grande impacto sócio-ambiental, assim como sobre questões mais gerais, tais como a monetarização dos bens naturais, os padrões de distribuição econômica dos recursos hídricos e as conseqüências sociais e lutas políticas daí advindas.

¹ Jornal do Brasil, 24.08.01, p.1 e p. 14.

Os atores sociais e instituições envolvidas

O Governo Federal

A lógica que o governo federal imprime a este projeto é a do desenvolvimento regional: uma oferta maior e uma gestão mais “racional” da água, induziriam o desenvolvimento da região. O governo prevê que 8 milhões de pessoas serão beneficiados. Porém, a retórica do governo não apresenta as diferentes destinações da água ou para onde ela será prioritariamente direcionada.

Segundo o discurso do governo federal, os êxodos populacionais do nordeste em direção à regiões menos pobres estão relacionados ao problema da escassez de água. Os efeitos da maior oferta de água, portanto, se traduziriam na redução das migrações populacionais. Afirma-se que, com a implantação do projeto “300 mil nordestinos da área rural deixarão de migrar para as cidades” e em todo o NE setentrional, “será evitada a emigração de cerca de um milhão de pessoas”.

O Governo explicita que seu objetivo com a transposição é inserir o semi-árido do Nordeste Setentrional em “um processo de produção econômica realmente competitivo”: a agricultura irrigada. Prevê-se que o semi-árido nordestino tem condições “objetivas” para ocupar parte deste mercado e desenvolver uma agricultura de exportação, a partir do uso intensivo de tecnologias de irrigação.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco é financiado com recursos do Programa Plurianual de Investimentos (PPA), rebatizado de Plano *Avança Brasil* para os investimentos entre 2000 e 2003. Este plano é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do governo brasileiro e se define como “um novo conceito de programa”², segundo o qual as ações e os recursos do governo são organizados de acordo com os objetivos a serem atingidos. A partir de diretrizes estratégicas que se inserem na lógica de “otimização” dos recursos públicos, caracterizados de um modo geral pela

² Cf.documento “Entendendo o PPA” - página internet: { HYPERLINK "http://www.abrasil.gov.br" }

“escassez”, conforme análise de Soares (2001), definem-se prioridades que não comprometam o processo de ajuste.

No documento intitulado “Entendendo o PPA”, seus autores destacam o atrelamento do programa às metas de estabilização monetária e fiscal acordadas com os bancos internacionais: “Coerente com o Plano de Estabilização Fiscal, a quantificação dos programas e suas ações foi baseada na previsão de recursos fiscais para o período”³.

Assim, o financiamento do Projeto de Transposição se situa num quadro bem definido de metas econômicas consideradas estratégicas para o modelo de desenvolvimento que pretende, de um lado, consolidar a estabilidade econômica e, de outro, promover o crescimento econômico, para então “melhor distribuir os frutos do crescimento econômico entre os brasileiros”⁴.

O parecer técnico das universidades

Os técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte fazem objeções quanto a aspectos técnicos e políticos do projeto de transposição. Em primeiro lugar, destaca-se que “ocorrerão perdas substanciais por evaporação e infiltração. Essas perdas podem chegar (...) a uma fração correspondente a 30% das vazões transportadas” (Guimarães & Abner, 2000). Em segundo lugar, os efeitos reais do projeto poderão ser de fato muito mais restritos do que aqueles previstos pelo governo, viabilizando uma área irrigada muitas vezes menor do que a estimada. Estima-se que a área de influência do mencionado projeto restringe-se a menos de 5% da área total do semi-árido nordestino”(ibidem).

O custo da água poderá ser bastante onerado, tendo em vista o elevado consumo de energia elétrica necessário para pôr em operação o sistema de transposição do Rio São Francisco.

³ Outro trecho do Plano Plurianual explicita a adesão do Projeto aos princípios das políticas de ajuste estrutural: “Para crescer de forma consistente, o País precisa consolidar a estabilidade econômica. A estabilidade, entretanto, não se contrapõe ao desenvolvimento. Apesar dos sacrifícios exigidos, o controle da inflação é condição indispensável para permitir um salto do Brasil rumo ao desenvolvimento e para preservar os ganhos sociais obtidos pelo Plano Real. A longo prazo, a estabilidade só estará garantida se houver um efetivo ajuste fiscal. O governo encara de frente este desafio”. (Cf. documento “Diretrizes e Objetivos do PPA” - página internet: { HYPERLINK "http://www.abrasil.gov.br" })

⁴ Cf. documento “Diretrizes e Objetivos do PPA” - página internet: { HYPERLINK "http://www.abrasil.gov.br" }

Isso pode resultar na apropriação privada dos recursos hídricos da região, ou seja, “a operação e manutenção da obra poderá vir a ser assumida por um consórcio privado que, evidentemente, cobrará uma tarifa dos usuários das águas”(ibidem). Os altos custos da água da transposição estão sendo calculados em termos de consumo humano, mas são muito elevados para fins de irrigação. Isso poderá significar a perda de competitividade dos produtos oriundos dos atuais e novos pólos de irrigação beneficiados pelo projeto.

A bancada do Partido dos Trabalhadores

Segundo os autores da nota técnica sobre o Projeto de Transposição (Cf. LIMA & RESCHKE, s.d.), a afirmação de que a transposição é a única solução para o problema de déficit hídrico desconsidera outras alternativas ao déficit hídrico do NE setentrional, tais como o aproveitamento dos lençóis freáticos e as sugestões do Projeto Floram: reflorestamento do semi-árido como meta de equilíbrio climático para a região, com o objetivo de amenizar o regime de falta de chuvas.

Os assessores técnicos do Partido dos Trabalhadores afirmam que é necessário que a obra passe pelo processo de Licenciamento Ambiental. Portanto, cabe ao legislativo somente autorizar o executivo a dar início imediato ao processo de licenciamento ambiental do projeto e não das obras, como defendeu o relator do projeto. Os autores da nota técnica ainda ressaltam que deve-se discutir a quem cabe a responsabilidade das obras para recuperação do rio: do contrário se estará transferindo para a União o passivo ambiental do setor agropecuário.

A quarta recomendação do relator do Grupo de Trabalho sobre o Projeto autoriza a privatização de parte da CHESF, Companhia Elétrica do São Francisco. Segundo os assessores, este tipo de procedimento estaria obliterando o debate sobre a privatização da CHESF.

Ao mesmo tempo, nem o projeto nem a Indicação Legislativa em nenhum momento tratam da “socialização da água a ser transposta”, isto é, de qual será o seu custo e quais serão os

beneficiados diretos. Por estas razões, os autores consideram inviável o apoio do PT a este projeto do Governo Federal.

O Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco

O Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco é formado por diversas entidades da sociedade civil organizada, com destaque para associações ambientalistas, entidades ecumênicas ou ligadas à Igreja Católica e conselhos de engenharia e agronomia.

Este Fórum se posiciona contra o projeto de transposição do rio. Procuram lançar o que entendem como uma “abordagem global” sobre os problemas do rio, produzindo um diagnóstico sobre “as quatro principais doenças” que o acometem: o desmatamento, a poluição, as barragens e os grandes projetos de irrigação.

A crítica que este Fórum dirige ao projeto de Transposição argumenta: 1. a área de abrangência do Projeto engloba menos de 5% da área castigada pela seca nos estados “beneficiados”; 2. a transposição atingirá uma região que já tem relativamente muita água disponível: é a segunda do mundo em número de açudes (70 mil açudes); 3. o custo da água será alto e será proporcionalmente mais elevado para o consumidor doméstico, que ademais não será o principal beneficiado com a obra. O objetivo central da transposição é a disponibilização de água basicamente para irrigação de grandes empresas agrícolas para exportação.

Este Fórum propõe a elaboração de estudos multidisciplinares visando um amplo diagnóstico da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, a partir do qual será desenhado um plano de Revitalização da Bacia, que desenvolverá programas de recomposição das matas ciliares, de saneamento básicos e tratamento do esgoto e de educação em todos os níveis e setores da população, com ênfase em educação ambiental. Ademais, este fórum propõe a constituição de um Plano de Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do São Francisco, com participação da sociedade civil organizada.

As conclusões do seminário “ O Rio São Francisco – questão de vida ou de morte”

(Salvador, maio de 2000) se organizam em torno de 5 eixos básicos:

1. É fundamental a participação da população como sujeito e não como mero objeto do desenvolvimento;
2. A convivência com o semi-árido – representado pelo governo como um meio ambiente necessariamente hostil à presença e às atividades humanas – é perfeitamente possível, como demonstra as experiências dos movimentos populares, apoiados por ONGs, pastorais e Igrejas, que buscam soluções técnicas e também práticas “pedagógico-políticas”.
3. Há outras alternativas de abastecimento de água, como o uso de cisternas familiares uma forma simples e barata de captação, armazenamento e conservação das águas da chuva que caem em todo semi-árido – o mais chuvoso do planeta, com média pluviométrica de 500ml/ano. A água da chuva desperdiçada todos os anos supera em muitas vezes a quantidade de água a ser transposta pelo projeto.
4. Mais urgente que a interligação de bacias é a recuperação dos mananciais degradados.
5. É indispensável a implantação de políticas públicas que protejam e revitalizem o rio, compreendo-no em sua globalidade, isto é, não apenas como mero curso d’água, mas como patrimônio histórico e natural brasileiro.

Além disso, ressaltam que a prioridade dada à irrigação no Projeto vai contra a deliberação da lei de recursos hídricos (n. 9.433 de 3/01/77, inciso III), que prevê que “em situação de escassez a água deve, em primeiro lugar, servir à dessentação humana e dos animais”. Por fim, destacam que aqueles que ganhariam como projeto são basicamente as empreiteiras, os políticos da região, que terão ganhos eleitorais com a obra e os irrigantes e fazendeiros, que terão suas terras valorizadas.

Análise das Audiências Públicas relativas ao projeto de transposição do Rio São Francisco.

Aspectos teórico-metodológicos

A análise das audiências públicas do projeto tem como objetivo entender a construção das justificativas dadas por agentes de diferentes forças políticas, portanto, com interesses distintos e linhas de argumentação diferenciadas em relação ao projeto de Transposição. Esta abordagem sobre o campo da política busca se ater sobre a construção das visões e princípios de di-divisão do espaço social que são construídos no debate político do tema. Este é um momento propício para a análise das lógicas que organizam a argumentação política, cujos atores não se situam em blocos ou coalizões unívocos e homogêneos, mas num contexto em que a pauta política em jogo produz a desagregação de convergências e a recriação de novos pertencimentos e alianças. O enfrentamento público de argumentações a respeito do projeto produz novos princípios catalizadores de adesões e/ou rechaçamentos, que reordenam lógicas políticas anteriores e, deste modo, a definição do que sejam as formas legítimas de intervenção no espaço social.

Os discursos invocados pelos políticos e técnicos do governo ou de fora dele são instâncias privilegiadas para a compreensão das representações que estão em jogo sobre o projeto e, mais precisamente, sobre o rio São Francisco. Esse trabalho político de representação através de palavras e de práticas precisas, ao nomear disposições e experiências (que de outro modo seriam apenas visões particulares), permite aos agentes políticos descobrir propriedades comuns para além da diversidade de situações particulares que os dividem. Deste modo, as divisões políticas não são divisões “reais”, constituídas por indivíduos ou grupos conscientes de uma suposta identidade comum de interesses, por oposição a outras. O caso dos debates em torno da transposição do rio São Francisco revela que há convergências prováveis de interesses baseadas na sua similitude, isto é, no seu pertencimento a uma mesma classe de oposições (Cf. Bourdieu, 2000).

Assim, quando falamos em espaço social, estamos falando de uma “estrutura de probabilidades de aproximação ou de distanciamento, de proximidade ou distância sociais entre os indivíduos”; “um jogo de lutas entre os agentes para impor sua construção e sua representação do mundo social, suas categorias de percepção e de classificação, para deste modo agir sobre o mundo social” (Bourdieu, 2000:95-96).

Essa luta simbólica em que os grupos e agentes sociais estão permanentemente envolvidos – segundo posições distintas em função da distribuição desigual de recursos sociais – são mediadas por um corpo de “profissionais da representação”: no caso estudado, os detentores de mandatos políticos. Esses profissionais ocupam no campo da política uma posição homóloga àquela que ocupam no espaço social os grupos cujas reivindicações e interesses eles exprimem. Seu trabalho propriamente político é, nos debates analisados, “fazer ver e fazer crer, produzir e impôr a classificação legítima ou legal” (Bourdieu, 2000:97).

Os argumentos e contra-argumentos

□ Da escassez

Todo o discurso sobre a disponibilidade de água se faz dentro de uma lógica da escassez, isto é, o meio ambiente é representado como um recurso essencialmente escasso. A falta d’água em determinadas partes da região do semi-árido nordestino é a justificativa para a remoção/transferência d’água do rio, segundo uma lógica econômica de se equilibrar “oferta” e “demanda”. Observe-se que nos discursos analisados não se distingue os atores que formulam esta demanda, que são portanto tomados como indiferenciados do ponto de vista social.

“Verificamos que por volta do ano 2002 haverá um empate entre a oferta e a demanda hídrica na região. Isso quer dizer que a partir desse ano, como a oferta vai permanecer constante no tempo, como era de se esperar, a demanda continuará evoluindo. E a cada

ano que passa, essa demanda vai-se distanciando da oferta. Essa demanda vai caracterizar uma situação de desequilíbrio entre a oferta e a demanda.” (Secretário Nacional de Recursos Hídricos, AP 09.06.00)

“O propósito desse Grupo é encontrar solução para o problema hídrico do Nordeste. Mantidas as coisas como estão, apenas por conta da natureza, nunca mais o Nordeste setentrional fechará seu balanço hídrico. A oferta de água, como está, será sempre menor do que a demanda, porque a população cresceu muito, porque há um grau de urbanização crescente, assim como demanda de água para todo o tipo de finalidade, não apenas para a agricultura, deixando à parte a água para irrigação, que é o maior sumidouro desse recurso, mas falando apenas em águas para as cidades, água potável, água para o setor de serviço, para hospitais, para escolas, para quartéis, para as indústrias, que estão ameaçada de paralisação. (Deputado relator, AP 10.02)

□ Da água como recurso estratégico

Seguindo a lógica neoclássica, em que o valor das mercadorias é dado pela sua relativa abundância ou escassez, a água, recurso por definição escasso, é representada como um recurso estratégico, o qual deve ser objeto de atenções especiais na esfera do planejamento dos governos. Segundo o discurso do governo, as diferenças regionais são motivadas pela disponibilidade ou não de água doce. Trata-se de um desequilíbrio “hídrico” e não “social”. Portanto, para solucionar as desigualdades regionais, recorre-se à estratégia de interligação de bacias, para que a água chegue a todas as regiões e, deste modo, reverta as desigualdades.

Por que decidir [a realização do projeto] agora? Porque dentro de dois anos ocorrerá, pela primeira vez, desequilíbrio no balanço hídrico da região. O Brasil tem hoje 12 a 13% da reserva de água doce corrente do mundo, sendo o país que detém a maior reserva de água doce, fundamental para a vida, que, segundo dizem, será o insumo mais disputado no milênio que se inicia. Lamentavelmente esses recursos são mal distribuídos. Sessenta e oito por cento das disponibilidades hídricas do nosso País estão na Amazônia e apenas 3% no

Nordeste. Desses 3%, 70% é o Rio São Francisco, 6% é o Rio Parnaíba e o resto se distribui pelos demais Estados. Fica, pois, evidente o enorme desequilíbrio, razão pela qual se exige que o País gerencie urgentemente — e com justiça — seus recursos hídricos. Faz-se necessário, portanto, muitas ligações das nossas bacias hídricas, motivo pelo qual, ao assumir o Ministério, determinei que se fizessem estudos no sentido de interligar todo o sistema hídrico brasileiro, a fim de que todas as regiões pudessem dispor de água.”(Ministro da Integração Nacional)

□ Do caráter nacionalista do projeto

Tendo em vista que o rio São Francisco atravessa cinco estados brasileiros (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas) e que um projeto deste porte tem efeitos diferenciados sobre cada um deles, compreende-se que haja disputas regionais em torno do projeto. Os representantes dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas se posicionam contra a realização do projeto, por motivos analisados a seguir, mas basicamente devido a sua posição de estados “doadores de águas”, sem que com isso tenham ganhos do ponto de vista social, político ou econômico. Já os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará seriam os “receptores” das águas da transposição e, por este motivo, se posicionam favoravelmente à sua realização. A proliferação de disputas regionais sobre o destino que será dado às águas do rio levou o governo e os defensores do projeto a produzirem um discurso que enfatiza o caráter nacionalista do projeto. Argumenta-se que o rio não é um fator de divisões, mas um eixo de integração nacional. Portanto, as posições contrárias à realização do projeto seriam posições regionais e/ou particularistas que iriam contra os interesses “da nação”.

“Este projeto não é de interesse apenas do Nordeste ou de alguns Estados dessa região, como equivocadamente entendem algumas pessoas, mas de interesse nacional.

Nunca compreendi que as pessoas entendessem que, incluindo-nos como mais um usuário do Rio São Francisco, deixássemos de levar em consideração, em primeiro lugar, a recuperação daquele rio, que é, como aprendemos, o rio da integração nacional.”
(Ministro da Integração Nacional, AP 09.06.00)

“Penso que essa questão vai ser tratada do ponto de vista nacional. Não creio que essa questão de Bahia de um lado, Sergipe do outro, possa levar, de fato, a alguma avaliação positiva do Nordeste. Seria uma demonstração explícita de primitivismo”.(deputado da base governista AP 10.06.00)

□ **Do caráter “social” do projeto**

Ao mesmo tempo, os defensores do projeto argumentam que a transposição das águas do rio para uma das regiões mais pobres do país, o semi-árido, seria um elemento fundamental para o desenvolvimento da região e redução das ondas migratórias em direção ao sudeste. O projeto, nesse sentido, é apresentado como uma solução para os problemas sociais que as migrações de grandes contingentes de nordestinos estariam gerando nos eixos desenvolvidos do centro-sul do país. Implícito a este discurso está a idéia de que a escassez de água é a causa central das migrações. Mais do que isso, o governo aponta o projeto como a única solução possível para a questão da diáspora nordestina e aponta os riscos e custos sociais que a não-aprovação do projeto poderia gerar nas cidades mais desenvolvidas do próprio nordeste e de outras regiões.

“Ao longo do tempo, São Paulo tornou-se a maior cidade nordestina do País. Cerca de 50% da sua população é constituída de nordestinos, que para lá foram em busca da oportunidade de trabalho ou tangidos pelo fenômeno da seca que se repete constantemente”. (Ministro da Integração Regional, AP 09.06.00)

“Não podemos passar mais 150 anos discutindo um projeto — e o problema agora se agrava —, sob pena de termos a responsabilidade de deslocar as populações carentes dessa área para outras cidades do País, com um custo social muito mais elevado do que

terá o uso das águas do Rio São Francisco.” (Ministro da Integração Regional, AP 09.06.00)

□ **Dos usos da água: irrigação x dessantação humana**

O discurso do governo em certos momentos admite publicamente que o objetivo do projeto é garantir água para os grandes projetos de agricultura irrigada para exportação: “A *transposição não causará nenhum impacto, com mais de 90% do uso da transposição do São Francisco para irrigação*” (secretário nacional de recursos hídricos, AP 09.06.00). Porém, em outros momentos, produz estratégias discursivas de ocultamento de tal objetivo, definindo que o objetivo do projeto é garantir a “oferta hídrica”, independentemente dos seus usos finais:

“Não é um projeto de irrigação, não é um projeto para abastecimento humano. Ele vai garantir água para abastecimento humano, vai garantir água para irrigação, vai garantir água para a indústria. É um projeto de garantia de oferta hídrica. Vai garantir melhores condições de uso da água já existente no território nordestino e no semi-árido nordestino.” (secretário nacional de recursos hídricos, AP 09.06.00).

Em função da não-explicitação por parte do governo dos beneficiários efetivos do projeto de Transposição, visando a obtenção do consenso político necessário à sua aprovação, muitos deputados do chamado “bloco de oposição” aderiram à defesa do projeto, por pertencerem a algum dos estados beneficiados, por acreditarem que o objetivo central do projeto é o abastecimento humano e/ou por defenderem um ideário nacionalista:

“Sou ferrenho defensor da transposição das águas do Rio São Francisco ou da sua utilização para fornecer água às regiões necessitadas do Brasil. Só aquele que já passou sede sabe a falta que a água faz. Quem nunca passou sede não sabe o que isso representa. Nós, do Ceará, como já sentimos sede, sabemos disso. Como o projeto tem como primeiro objetivo o abastecimento humano, somos favoráveis. Defenderei a idéia no partido, estou debatendo, e temos abertura para fazer essa discussão. (...)Encontraremos dificuldade para fazer esse debate, não teremos unidade partidária, mas se pusermos os problemas

nacionais acima desses pontos, encontraremos uma saída. Sou daqueles que compreendem que um rio federal não pertence a esse ou àquele Estado, mas ao interesse da Nação brasileira”. (Deputado do PT, partido de oposição ao governo)

□ **Da revitalização: rio como recurso ou como meio de vida**

A questão da revitalização do rio São Francisco é o eixo central da argumentação dos estados que se posicionam contra a realização do projeto. O rio vem enfrentando há décadas problemas advindos da degradação ambiental de suas margens, em função da agricultura extensiva praticada em grandes propriedades, como plantações de soja e de eucalipto para a fabricação de carvão vegetal. Por se tratar de uma região muito sedimentar, houve grande carreamento de resíduos sólidos para o rio, agravado pelo desmatamento das margens do rio, com a retirada das matas ciliares, que causou seu desbarrancamento para dentro do rio, gerando dificuldades à sua navegabilidade e à produção de pescado.

Somam-se a estes problemas sócio-ambientais, a poluição causada pelos resíduos industriais, agrotóxicos e esgotamento sanitário, que envenenam as águas e prejudicam as populações ribeirinhas, que dependem do rio para sua subsistência. Assim, muitos deputados argumentam que o rio está num processo de “esgotamento” dos seus recursos e que, portanto, faz-se necessária uma política de revitalização que recupere as matas ciliares e as nascentes e fiscalize as atividades industriais poluidoras.

Porém, mesmo dentre os que defendem a revitalização do rio, há diferentes perspectivas. Há, em primeiro lugar, deputados favoráveis à transposição, que aceitam a proposta de elaboração de um projeto de revitalização do rio, tendo em vista angariar o apoio dos deputados contrários à transposição. Nas palavras do relator do projeto (AP 09.06.02):

“Não me interessa, como paraibano, fazer a transposição de águas de um rio morto. Não quero, não interessa para a Paraíba. O futuro da Paraíba depende dessa transposição. Ou melhor, não temos futuro lá no semi-árido paraibano sem essa transposição. Mas também não adianta fazer a transposição de águas de um rio que não tenha maiores perspectivas.”

Há, ainda, os deputados que a princípio se posicionam estrategicamente contra o projeto, mas que têm interesses num projeto de revitalização do rio. Assim, implicitamente condicionam seu apoio à realização de obras para a recuperação do rio:

“A minha preocupação é com os formadores do São Francisco. Sou do cerrado baiano. Nesta Comissão há três Deputados da Bahia, do oeste baiano, do cerrado baiano, há uns quatro ou cinco do cerrado mineiro. Nós, além de outros ambientalistas, gostaríamos de centrar fogo na questão da preservação dos barramentos, da ecologia, do estudo dos sistemas sustentáveis das microbacias, a fim de que possamos ter água para dar ou vender a quem precisar. Esse é nosso objetivo e estamos neste Grupo com vontade de ajudar na construção deste projeto a fim de que não se ofereça a esperança de um rio morto.”

(Deputado baiano do partido do governo)

“Certamente a solidariedade de Minas Gerais não faltará a projeto de tal magnitude, como também o espírito crítico de nosso Estado atuará nesse estudo e na condução desses trabalhos, já que Minas tem o próprio São Francisco nascido das suas entranhas, fornecendo 70 a 75% das águas do rio. Então, a solidariedade de Minas ao Nordeste não faltará, mas o espírito crítico de Minas, peculiaridade nossa, atuará no sentido de uma cobrança efetiva de que esse rio, morto-vivo, rio que às vezes enxergamos morto mas que queremos vivo, terá todas essas salvaguardas garantidas pelo seu Ministério e pelo Governo Federal. Queremos um rio revitalizado(...)” (deputado mineiro da base de apoio do governo)

Há, por fim, os deputados contrários ao projeto, por defenderem uma estratégia política de revitalização do rio e do semi-árido nordestino como um todo. Segundo esta visão, não faria sentido transferir água de uma região para outra, se o problema da falta d'água é uma questão estrutural que afeta o nordeste como um todo:

“Esse projeto, a transposição para essas bacias do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba, devia ser um item do grande projeto de resgate do semi-árido. (...) esse é um

projeto pontual. Temos de discutir toda a questão do São Francisco. Vou ler um panfleto que recebi em Pernambuco: “Diz um habitante do Vale do Jaguaribe: “vamos votar no Governo. Ele está trazendo água do São Francisco a 400 quilômetros de distância para me ajudar”. Diz um habitante do Vale do São Francisco: “o pai do meu pai já tinha uma roça aqui, há duas léguas do São Francisco e o Governo sempre disse que não tinha dinheiro para trazer água até aqui. Só queria entender como tem água para levar tão longe’.”(Deputado do PPS - partido de oposição do governo)

“Não obstante o fato de Sergipe ter obras de adução que têm resolvido, em grande parte, os problemas de consumo de água, especialmente nos grandes centros, os Municípios do sertão de Sergipe, da beira do São Francisco, registram os piores índices de qualidade de vida, aferidos pela ONU. Às vezes, a dez, cinco quilômetros do leito do rio existem pessoas morrendo de sede por ausência de água. A questão não é tão simples quanto parece. A questão primária da seca é levar a água, mas a questão secundária, e talvez essencial, é distribuir essa água. O que queremos é travar um debate que não desconsidere a importância de ter uma discussão global a respeito da sobrevivência do Rio São Francisco.” (Deputado do PT – partido de oposição do governo)

□ Dos argumentos técnicos frente à impossibilidade do consenso político

A partir da evidenciação dos conflitos políticos sobre várias dimensões do projeto, a estratégia de alguns deputados – tanto do governo como da oposição - foi remeter o debate às questões técnicas que o envolvem. A técnica surge como um último recurso para a formação do consenso político, contra ou a favor do projeto:

“Tem-se que analisar essa questão no sentido complexo, geral, consistentemente técnico, denso, e que se fixar em torno desse padrão técnico um consenso que seja elementar sobre isso. Se a questão tiver qualidade técnica, definição geral, base consensual irrespondível, as divisões políticas serão menos relevantes.” (deputado da base governista, AP 10.06.00)

“Temos de começar pela parte técnica para, depois, terminarmos na parte política. Na parte política temos de buscar o consenso, a massa crítica técnica daquilo que é técnico. Se não existe viabilidade técnica, ninguém vai ser contra ou a favor. É preciso haver unanimidade dentro daquilo que é técnico do ponto de vista ambiental, do ponto de vista hídrico, do ponto de vista de justiça social e do desenvolvimento.” (deputado de partido favorável ao governo, AP 10.06.00)

“Não podemos trazer para cá, num primeiro momento, a questão política, emocional; temos que primeiro entender a questão técnica, tomar conhecimento da real situação do São Francisco, para depois ouvirmos a questão política, que certamente vai dar-se em cima do embasamento técnico”. (deputado da base governista, AP 10.06.00)

Porém, outros deputados, tanto da base governista como da oposição, defendem que o debate em torno do projeto visa, acima de tudo, chegar a algum tipo de consenso que não será dado pela técnica, mas pelo debate propriamente político:

“Entendo que este Grupo de Trabalho não foi proposto aqui, na realidade, para resolver questões técnicas ou financeiras. Esse Grupo de Trabalho foi proposto para resolver uma questão política. Se quisessem resolver questões técnicas e orçamentárias, não precisaríamos solicitar a opinião de Deputados, já que os Ministérios estão inteiramente capacitados para dar as respostas técnicas e orçamentárias. A questão crucial é o consenso político. Se não chegarmos a um consenso político, esse projeto vai ser arquivado — essa é a dificuldade.”(deputado baiano da base governista, AP 10.06.00)

A oposição destaca que a questão da disponibilidade e distribuição da água no nordeste sempre funcionou como mecanismo de dominação política pelas oligarquias locais e que, portanto, o debate sobre a transposição deste recurso é inseparável do debate sobre as relações de poder no nordeste brasileiro:

“Infelizmente, a água foi a base do poder político no Nordeste. A água comanda o poder político e o econômico no Nordeste. Ela consolidou toda uma realidade de atraso e de

oligarquia. Nunca se cuidou do Rio São Francisco nem dos recursos hídricos. No entanto, a Constituição de 1946, há mais de cinquenta anos, estabeleceu a destinação de 1% da renda tributária para o desenvolvimento do vale das bacias do São Francisco. E não se fez nada de sério — nada. A Nação jogou 1% das rendas e o que se manteve, em toda a região do Vale do São Francisco, foram as dominações "coronelescas", sem que a população que queria água para beber tivesse possibilidades para isso. A política essencial é o que fazer com as águas do São Francisco. Como evitar que essas águas permaneçam sendo dominadas por oligarquias locais, como o são até hoje? (:36)"(deputado de oposição, AP 10.06.00)

Os significados políticos do projeto de Transposição

A “modernização ecológica”

O projeto de transposição se alinha a uma estratégia política conservadora – no sentido em que mantém a histórica estrutura desigual do acesso e distribuição da água e da terra no nordeste brasileiro. Porém, a própria noção de transposição traz em si mesma um impulso modernizante. Trata-se de um projeto “modernista” no sentido estrito do termo, para o qual a “natureza” é um obstáculo a ser transposto pela engenharia e a técnica humanas. Subjacente ao projeto está a idéia de que o mundo pode ser controlado e organizado de modo racional - desde que se possa apreendê-lo da maneira correta - tendo como objetivo último uma concepção positivista do progresso das condições de vida do homem.

Essa conjugação de um impulso modernizante dentro de uma retórica conservadora que legitima a desigualdade foi analisada por Gentili (1998) e pode ser entendida como um dos eixos centrais daquilo que podemos chamar de “modernização ecológica”. O discurso sobre a sustentabilidade – nascido no seio da tecnoburocracia do desenvolvimento capitalista - é o núcleo central da noção de modernização ecológica e nasce do reconhecimento de que o impulso desenfreado do desenvolvimento capitalista estaria ameaçado, uma vez que suas bases materiais de reprodução estariam sendo comprometidas (Acselrad, 1999). Isso porque o processo de acumulação capitalista requer não apenas escalas mais amplas de produção, mas também um aporte crescente de espaços e recursos naturais. Assim, o Projeto se situa no âmbito das políticas de modernização ecológica, em que redefine-se a noção de desenvolvimento, buscando aliar crescimento econômico e proteção ao meio ambiente, de modo a garantir a perenidade do próprio processo de acumulação.

A monetarização dos recursos naturais

O Rio São Francisco é representado pelo projeto de transposição como uma fonte de recursos. A água é cada vez mais um recurso escasso e, portanto, segundo a lógica do pensamento econômico neoclássico, dotado de valor. Segundo Malvezzi (2001): “A água é elemento vital, insubstituível, raro, dotado de valor econômico, estratégico, para o atual modelo de desenvolvimento. Tem ainda um valor paisagístico, de lazer e medicinal. Rapidamente estabeleceu-se a competição feroz para o controle dos mananciais. Já está em andamento a privatização das águas. O mecanismo fundamental é o controle do volume de água dos rios. Fala-se claramente na água como “commodity” e na “petrolização da água”.

Assim, a água perde seu caráter de “bem comum” e assume cada vez mais a forma de uma mercadoria, cujo valor de mercado é tanto mais alto quanto maior for a escassez deste recurso. Algumas análises sobre o projeto de transposição prevêem que a água bombeada terá um custo bastante onerado, tendo em vista o elevado consumo de energia elétrica necessário para pôr em operação o sistema de transposição do Rio São Francisco⁵. Isso pode resultar na apropriação privada dos recursos hídricos da região, ou seja, “a operação e manutenção da obra poderá vir a ser assumida por um consórcio privado que, evidentemente, cobrará uma tarifa dos usuários das águas”.⁶

Os altos custos da água da transposição estão sendo calculados em termos de consumo humano, mas são muito elevados para fins de irrigação. Isso significa que os pequenos agricultores cuja subsistência depende estritamente do acesso que teriam à água certamente não teriam condições de arcar com os custos de uma água que atinge a região de seca com um valor monetário elevado.

Por outro lado, a transposição seria uma estratégia eficiente para a valorização das terras dos latifúndios pecuaristas do semi-árido nordestino e para a agro-indústria exportadora. Trata-se, portanto, de um projeto com uma face “modernizante”, porém, orientado segundo

⁵ Cf. GUIMARÃES Jr., João Abner et alli. A Transposição do Rio São Francisco e o RN. Natal, julho/2000.

⁶ Ibid.

uma lógica análoga àquela que orientou governos passados a destinar verbas para a construção de açudes nas grandes propriedades e incentivos fiscais para fazendeiros comprarem máquinas e insumos sofisticados.

Tais recursos – historicamente negados aos pequenos agricultores - são essenciais não apenas para a existência da agricultura de subsistência, como também para a manutenção dos modos de vida das populações que vivem de sua relação com o rio, que é a um só tempo um território econômico, social e existencial. Ao destinar recursos que favorecem apenas a grande propriedade, a lógica subjacente ao projeto é, pois, a da reprodução da desigualdade de acesso e apropriação dos recursos naturais.

O olhar unidimensional sobre o rio

Esta visão do rio como uma mera fonte de recursos ignora as várias dimensões que ele tem para as populações que vivem ao longo de seu curso. O rio é pensado não como rio, mas como um mero canal por onde escorre água, recurso demandado por regiões onde há secas e setores econômicos “dinâmicos” que podem arcar com seus custos. Esta visão que reduz os múltiplos significados de um rio a um mero significante “água”, perde de vista que a transposição seria mais um elemento desestabilizador da sua frágil dinâmica sócio-ambiental.

Os problemas ambientais com que se defronta o rio têm causas sociais muito precisas, que tornam evidente a indissociabilidade entre questões ambientais e escolhas políticas. O rio é usado como mecanismo para a externalização dos custos produtivos através de derrames clandestinos das indústrias que se instalaram ao longo de seu curso. Por outro lado, as margens do rio estão completamente degradadas devido ao processo de exportação dos recursos naturais que de outro modo garantiriam a manutenção do nível das águas e impediriam a erosão e o assoreamento do fundo do rio. Paralelo a isso, a concentração das terras ao longo do rio e seu uso para fins de pastagens também contribuem para a degradação das matas ciliares que garantem a “saúde” das águas e a oferta de peixes para a população ribeirinha.

Por fim, as barragens existentes no curso do rio criaram uma série de desequilíbrios sócio-ambientais, com o objetivo de fornecer energia barata para o mercado global. Assim, verificamos que o rio São Francisco vem sendo utilizado como fonte inesgotável de recursos destinados a alimentar o processo crescente de acumulação e concentração capitalista. A transposição de suas águas representa mais uma estratégia unidimensional de uso do rio, que ignora a necessidade de sua recuperação e revitalização.

Conseqüências sociais do Projeto

O projeto de transposição, longe de ser um meio de tornar universal o acesso à água e, portanto, um motor para a livre concorrência entre os produtores, se afasta do ideário do liberalismo clássico ao pressupor uma matriz desigual de acesso aos recursos hídricos. Condizente com a tese neoliberal da “incompatibilidade” fundamental entre interesse individual e interesse social⁷, o projeto aponta no sentido da privatização de um bem natural por setores privilegiados, num contexto de enorme vazio de projetos de infraestrutura capazes de articular a região nordeste com o resto do país.

Por outro lado, os projetos de investimento governamental na região – como é o caso do projeto de transposição – priorizam a ligação de determinadas porções dinâmicas do território aos mercados externos, o que leva a um processo de fragmentação territorial. Esta idéia de se produzir uma oferta de água para os setores que possam pagar por ela é uma noção essencialmente neoliberal, na medida em que revela uma confiança ilimitada nas virtudes e alcances de um tipo de individualismo com predicados meritocráticos: são os setores mais dinâmicos, competentes, eficientes e com maior capacidade de inserção internacional aqueles que serão beneficiados com o Projeto.

A orientação exclusiva do indivíduo à busca do ganho privado impede que se estabeleçam mecanismos que associem o lucro ao bem comum e à igualdade. Como afirma Gentili

⁷ Cf. Gentili, 1998.

(1998:51): “o individualismo neoliberal é a negação palpável de toda busca pelo estabelecimento de critérios igualitários que regulem e organizem o sistema social”.

A ênfase na competência meritocrática dos territórios de se tornarem, através do uso da água transposta, competitivos no mercado global, revela uma forma ativa de mudança social, que tende a conservar privilégios ao mesmo tempo em que produz uma “reforma social” (Gentili, 1998). Nesse processo de transformação social, ficam intangíveis as questões da posse da terra e da distribuição da água, isto é, o tema da estrutura da propriedade não é posto em questão. Como nas doutrinas do conservadorismo clássico, a propriedade, ao não ser sequer problematizada, é representada como vinculada a uma ordem superior, harmônica e estruturada (Gentili, 1998).

Investimentos públicos em grandes obras são, acima de tudo, escolhas políticas que podem ser direcionadas tanto para uma melhor distribuição dos recursos e da renda, como para a reprodução das desigualdades estruturais que não são debatidas ou tocadas. No Projeto de Transposição do Rio São Francisco, não obstante o processo de “modernização ecológica” a que é submetido um extenso território que agrega a população mais pobre e vulnerável do Nordeste brasileiro, permanecem enraizados os privilégios seculares dados pela estrutura desigual da propriedade, pela apropriação privada dos bens naturais comuns e pelo aparato político concentrado nas mãos dos grandes produtores rurais.

Comentários finais

A “seca do nordeste” é um problema social conhecido há décadas no Brasil e apresentado por um certo viés de análise da nossa história recente como a “causa” que teria motivado a migração de contingente populacionais muito expressivos do nordeste para o sudeste desde a década de 40, principalmente, até os dias de hoje. Certamente, esse processo migratório está, grosso modo, diretamente relacionado à estrutura de posse da terra profundamente desigual no NE, ao processo de “modernização” dos processos de cultivo e das relações sociais no campo, assim como ao concomitante desenvolvimento econômico do sudeste e sua demanda crescente por mão-de-obra barata e pouco qualificada. Porém, na retórica do governo federal, a “seca do nordeste” é tida como causa central deste processo. Proponho que nosso olhar se foque no substrato social sobre o qual ocorre um fenômeno supostamente “natural”. Assim, coloca-se entre parênteses as relações que os homens travam entre si, privilegiando-se a relação dos homens com a “natureza”. Esta lógica conduz à naturalização das contradições sociais e à universalização da sua solução, que é lançada fora do âmbito das relações sociais e introduzida no campo das técnicas.

Um dos projetos inventados ao longo da história para “solucionar” o problema das secas no Nordeste é o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Um projeto como esse representa um investimento público altíssimo (da ordem de 2,8 bilhões de reais em novembro de 2001) visando solucionar um problema tido como natural como “a seca”, diagnosticada como principal causa da pobreza e da diáspora nordestina. Esta obra é apresentada ao público como um “investimento social” quando, de fato, beneficiará somente aqueles agricultores capazes de pagar pelos altos custos da água oriunda da transposição, via de regra os *agro-business* voltados para a exportação de alimento e não para suprir a demanda interna por alimentos.

Investimentos públicos em grandes obras são, acima de tudo, escolhas políticas que podem significar tanto uma melhor distribuição dos recursos e da renda, como a reprodução das desigualdades estruturais que não são nem debatidas nem tocadas, como é o exemplo da estrutura da posse da terra no nordeste brasileiro. Cabe, portanto, indagar quem são os verdadeiros beneficiários deste tipo de investimento e se, do ponto de vista dos atores

sociais supostamente beneficiados, esta é a melhor solução para os problemas sociais que enfrentam há décadas.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. Sustentabilidade, Espaço e Tempo. In A Construção da Sustentabilidade – uma perspectiva democrática sobre o debate. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.

BOURDIEU, P. 1981. Decrire et prescrire: notes sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. In Actes de la Recherche en Sciences Sociales – n. 38 mai 1981.

_____. 2000. Propos sur le champ politique. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

CNBB – CÁRITAS – CPT - CREA/BA e CESE. Manifesto do Seminário “ O RIO SÃO FRANCISCO - QUESTÃO DE VIDA OU DE MORTE” Salvador, 08 de maio de 2000.

GADELHA, Marcondes. (deputado relator).Relatório do grupo de trabalho destinado a tratar da transposição de águas do rio São Francisco e revitalização dos seus afluentes, bem como apresentar propostas ao orçamento que viabilizem estas ações. Câmara dos Deputados, Brasília, junho de 2000.

GARNIER, J-P. 1994. L'écologisme ou la fétichisation de l'espace-temps. In Economies et Sociétés, Série Etudes de Marxologie, S, n. 30-31, 6-7/1994, pp299-321.

GENTILI, P. Retórica de la Desigualdad. Los fundamentos doctrinarios de la reforma educativa neoliberal. Tesis de Doctorado, Universidad de Buenos Aires, 1998. Capítulo II: El neoliberalismo como nueva retórica de la desigualdad.

GUIMARÃES Jr., João Abner et alli. A Transposição do Rio São Francisco e o RN. Natal, julho/2000.

LAFAYE, C. & THÉVENOT, L. 1993. Une Justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature. In Revue Française de Sociologie. octobre-décembre 1993, XXXIV-4.

LIMA, T. & RESCHKE, A. Nota técnica sobre o Projeto governamental de transposição do Rio São Francisco. Câmara dos Deputados – Liderança da Bancada do PT – Assessoria técnica, s.d.

MALVEZZI, R. 2001. O Limite das Águas. Agenda Latino Americana de 2001.

SADER, E. & P. Gentili (eds). *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social*. Buenos Aires, Eudeba/CLACSO, 1999

SOARES, L. Tavares. Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina. Petrópolis, Vozes, 2001.

Jornal do Brasil, 24.08.01

Documento “Entendendo o PPA” - página internet: { HYPERLINK
"http://www.abrasil.gov.br" }

Documento “Diretrizes e Objetivos do PPA” - página internet: { HYPERLINK
"http://www.abrasil.gov.br" }

Audiências Públicas realizadas na Câmara dos Deputados – de 09.02.00 a 07.06.00